

IDENTIFICAÇÃO DE SUBSETORES DA ECONOMIA PARA A CONSTITUIÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) NA REGIÃO DA PRODUÇÃO-RS

Rodrigo Fernalda¹
Ivo Elesbão²

RESUMO: O objetivo do presente estudo foi identificar os subsetores possíveis para a formação de um arranjo produtivo local (APL) na região da produção. Por meio de uma pesquisa exploratória e qualitativa, foram investigados os 21 municípios do COREDE da produção por meio de dados secundários, com ano base 2014, através dos 25 subsetores propostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e adaptados as fórmulas propostas por Suzigan et al. (2004), Kirschbaum e Vasconcelos (2004) e Cabral, Suslick, Suzigan (2010). Para análise dos dados, adotou-se o modelo de Suzigan et al. (2004) com fonte de dados e informações disponíveis na RAIS/MTE, em que foi identificado o quociente locacional (QL), número de estabelecimento (E) e vínculos empregatícios formais (P). Como resultado foi constatado elementos importantes e que adotados na metodologia proposta, foi descoberto possíveis arranjos de 4 APLs, sendo 1) Casca – extração mineral; 2) Marau-alimentos e bebidas; 3) Vanini – mineral não metálicos, 4) Gentil, Santo Antonio do Palma, Coxilha, Pontão e Almirante Tamandaré do Sul – agricultura, como também, o estudo oportunizou uma fotografia que auxilia a gestão pública na tomada de decisão, em base de incentivos que viabilizem o crescimento das organizações como propulsor da mão de obra e da especialização, em qualquer aspecto que seja relacionado ao desenvolvimento e crescimento econômico e parcerias público-privado.

Palavras-chave: Conselho Regional de Desenvolvimento. Subsetores. Arranjo Produtivo Local.

ABSTRACT: The purpose of this study was to identify possible subsectors for the formation of a local productive arrangement (APL) in the production area. Through an exploratory and qualitative research, the 21 municipalities of the production COREDE were investigated by means of secondary data with base year 2014 by the 25 sub-sectors proposed by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and adapted the formulas proposed by Suzigan et al. (2004), Kirschbaum and Vasconcelos (2004) and Cabral, Suslick, Suzigan (2010). For data analysis, we adopted the model Suzigan et al. (2004) with source of data and information available at RAIS / MTE, which identified the location quotient (QL), setting number (E) and formal employment relationships (P). As a result it was found important factors which adopted the proposed methodology, it was found possible arrangements of four APLs, 1) Peel - mineral extraction; 2) Marau-food and drinks; 3) Vanini - non-metallic mineral, 4) Gentle, Santo Antonio Palma, Coxilha, Pontoon and Admiral Tamandaré South - agriculture, as well, the study provided an opportunity a photograph that helps public management in decision making, incentive-based that enable the growth of organizations such as hand thruster work and expertise in any aspect that is related to economic growth and development and public-private partnerships.

Keywords: Regional Development Council. Subsectors. Local Productive Arrangement.

¹ Bacharel em Administração pela UPF (2008), MBA em Economia e Gestão empresarial UPF (2010), Pós graduando em Gestão Pública Ead UFSM (2015). E-mail: rodrigo_fernalda@hotmail.com

² Economista (1997), Engenheiro Agrônomo (2000) e Mestre em Extensão Rural (2001) pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Doutor em Geografia (2007) pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"; - UNESP - Campus de Rio Claro. E-mail: ivoelesbao@gmail.com

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de políticas públicas tem sido significativo para a manutenção e desenvolvimento de pequenas e médias empresas em termos de promoção do emprego, renda, inovação em processos produtivos, entre outros. Os termos como confiança, cooperação integraram o ambiente institucional representando uma importância para a constituição de um arranjo produtivo local (APL).

Essa característica que visa desenvolver locais, regiões e territórios, passou a exercer papel primordial na teoria econômica, por estratégias de *benckmarketing* que se originaram na Itália nos anos de 1970 (NORONHA; TURCHI, 2005). Ao perceber a relevância, pesquisadores e cientistas buscaram adaptar essa estratégia no Brasil, caracterizado como Arranjo Produtivo Local (APL) que apresentava a finalidade de utilização de para um aglomerado produtivo de certa especialidade, em determinada localidade, independente do volume de produção, número de empresas, tempo de existência ou grau de articulação entre as organizações, o que oportunizaria um importante papel no desenvolvimento nacional. (NORONHA; TURCHI, 2005, p.10).

Em 2004 foi oficializado pelo governo federal a política pública por meio da Lei nº142 de 2008 que visava a descentralização do desenvolvimento econômico e estímulo à competitividade de micro e pequenas empresas. Esse instrumento foi agrupado aos planos plurianuais do governo federal (2004-2007/2008-2011) (FUINI, 2013).

No Rio Grande do Sul a Lei 13.839 de 5 de dezembro de 2011, instituí a Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico do Estado, do agravamento de cadeias e arranjos produtivos locais, da cooperação entre empresas e destas com instituições do cooperativismo, da economia popular e solidária, da autogestão, do aprendizado coletivo, da inovação e da cultura exportadora.

A Lei n.º 13.840, de 5 de dezembro de 2011, que cria o Fundo de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais – FUNDOAPL, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI, cujos recursos deverão fomentar, subsidiar e subvencionar as ações e projetos do Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais, integrante da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação.

O Decreto 48.936, e suas alterações, que regulamenta o Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais e em seu artigo 2º reconhece de forma institucional

como APL, as aglomerações deverão demonstrar a existência de coordenação e cooperação entre as instituições e as empresas e/ou produtores integrantes do APL, evidenciando o funcionamento de uma governança há pelo menos seis meses

Decorrente desse processo de descentralização político-administrativo e econômico a “redefinição das estratégias de desenvolvimento regional, sob o enfoque da administração pública surgem novas formas de gestão e regulação territorial, buscando promover o desenvolvimento através desses pactos e alianças de concentração territorial” (PIRES, 2011).

Decorrente desse cenário surgiu à forma de governança territorial, concebida a criação com a criação dos COREDES, para promover a região e reduzir as desigualdades de emprego e renda nos municípios que integrantes. Nesse sentido, o Rio Grande do Sul possui 28 COREDES (FEE, 2015), e o ambiente de estudo é o COREDE da Produção. Com base nessa percepção de governança territorial e aglomerações produtivas, surge como problema de pesquisa: quais os segmentos que podem tornar-se passíveis para a formação de um Arranjo Produtivo Local (APL) na região da produção?

O estudo desperta interesse pelo fato de o local possuir 26.426 organizações, mantendo 104.009 empregos formais e 58.780 não ativos, ou seja, aqueles que não trabalham e não procuram empregos. (FEE, 2015). . O Rio Grande do Sul possui atualmente 20 arranjos produtivos locais enquadrados e 7 Apls reconhecidos, ambos nenhum da região da produção (AGDI, 2015). Através dessas características, o objetivo do estudo é identificar os subsetores da economia possíveis para a formação de um arranjo produtivo local (APL) na região da produção.

Os benefícios para a constituição de um APL estão pautados em buscar identificar esses segmentos oportuniza os benefícios de participação em feiras, missão e visitas técnicas, com foco em fomento e Inovação; pontuação em alguns mecanismos de incentivos fiscais (FUNDOPEM/RS); participação em eventos como: palestras, cursos entre outros, que visam à capacitação e desenvolvimento do capital humano das empresas (AGDI, 2015). Ainda para a mesma entidade, a constituição do APLs é uma política pública do Estado para estimular e apoiar a auto-organização produtiva de aglomerados setoriais e promover o desenvolvimento dos territórios. Através da cooperação entre empresas, produtores, comunidades e instituições públicas e privadas, buscam ganhos econômicos que aumentam a eficiência produtiva e a renda de empresas, produtores e trabalhadores, impactando de forma direta na sociedade (AGDI, 2015).

Com o Projeto Extensão Produtiva e Inovação, o programa implanta Núcleos regionais de Extensionistas em parceria prioritária com universidades públicas e comunitárias para

apoiar diretamente pequenos e médios empreendimentos dos APLs e das cadeias produtivas priorizadas pelas regiões (AGDI, 2015).

A constituição deste programa objetiva fomentar a governança e a capacidade técnica das comunidades dos arranjos produtivos e de setores e comunidades priorizadas pelo Estado a estimularem seus fatores endógenos que ampliam sua capacidade de agregação de valor, geração e apropriação local da renda. A cooperação entre instituições públicas e privadas e a coordenação de ações transversais são tidas como determinantes para geração de externalidades econômicas locais (AGDI, 2015).

O presente estudo está dividido em cinco etapas. Na primeira etapa, apresenta-se a introdução, objetivos, problema e justificativa. Na segunda etapa são apresentados os conceitos relacionados ao arranjo produtivo local, a função dos COREDES como planejamento territorial. Na terceira etapa, apresentam-se os procedimentos metodológicos, que mostram-se as estratégias para alcançar os resultados propostos. Na quarta etapa, apresenta-se a análise dos dados por meio da discussão e interpretação dos resultados, seguindo para a quinta etapa, caracterizado como considerações finais.

2 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS, DEFINIÇÕES

Ao compreender a nomenclatura do arranjo produtivo local (APL) trata-se de uma metodologia que iniciou na Itália e que por meio de estudos científicos provou ser capaz de desenvolver economicamente o espaço geográfico em que as organizações estão inseridas.

Nesse sentido, Castanhar (2006, p. 338-339) define que os arranjos produtivos locais (APL) têm sua vertente econômica voltada para ao desenvolvimento regional “originada nos distritos industriais concentrados no norte e no nordeste da Itália – a chamada Terceira Itália – e o aglomerado de empresas de alta tecnologia e software que se concentravam na região da Califórnia, nos EUA, conhecida como vale do Silício”.

A definição de APL concentra-se basicamente em aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos mesmo que simples. Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2003, p. 27) complementam que a constituição de APL envolve a participação e a interação de empresas:

que podem ser desde produtores de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e

associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

Na visão de Fuini (2013, p. 58) atribui as características aos APLs como concentração de empresas de pequeno porte de mesmo ramo de atividade que interagem entre si e com outros atores públicos e privados por meio de uma estrutura de governança comum, que carece de diversas formas de cooperação entre empresas ou uma miscigenação adequada entre competição e cooperação.

A discussão sobre a definição de APLs ganhou importância sob vários pontos de vista. Noronha e Turchi (2005, p. 11) destacam a importância de indicação governamental para a “criação de políticas de apoio para APLs que gera esforços de diversos municípios, regiões e estados da Federação no sentido e de que seus aglomerados produtivos fossem classificados como APLs”. Nesse sentido, destaca-se a relação pública em que são ofertados infra-estrutura, terreno, acesso a trafegabilidade, energia elétrica, água e outras condições para a instalação de organizações, como também, os empresários dessas organizações se comprometem em desenvolvem um trabalho que abrange os aspectos econômicos, sociais e ambientais, gerando externalidades positivas.

Em complemento a visão de Dalla Vecchia (2006, p. 38) “as capacidades de articulação e cooperação da economia local geram melhor aproveitamento de suas externalidades positivas como: especialização produtiva, presença de instituições produtoras e difusoras de tecnologia”. O mesmo autor argumenta que isso gera elementos importantes na avaliação das possibilidades de novos surtos de empreendimentos.

Um alerta que a literatura científica enfatiza e que merece atenção, pois existem nomenclaturas distintas entre arranjos produtivos, aglomerado produtivo, distrito industrial, parque tecnológico. Na interpretação de técnicos e políticos, a “marca APL” tornou-se indispensável para o possível acesso a políticas públicas (NORONHA; TURCHI, 2005, p. 11). Isso reflete na constatação de uma necessidade de saber-se se os diversos pesquisadores estão se referindo a objetos empíricos similares ou se estão chamando de APL aglomerados produtivos com características demasiadamente díspares para receberem o mesmo tratamento analítico (NORONHA; TURCHI, 2005, p. 11).

A economia por ser cíclica, a formação de APLs fomenta interesses para o poder público e privado, visto que o objetivo de ambos é produzir renda e emprego. Dalla Vecchia (2006, p. 35) complementa que os APLs traz consigo algo importante relação entre as firmas e

a cooperação ao longo do processo produtivo, que passam a ser vistos como elementos fundamentais de competitividade. O fato se justifica devido a interação local e a cooperação são requisitos primordiais para o aprendizado e a inovação, bem como para que as empresas e demais instituições participantes melhorem seu desempenho e reforcem o desenvolvimento local.

Masquietto, Neto e Giuliani (2010) complementam os demais autores, citando que o poder privado, apresentam interesses por meio de ações e estratégias encontradas nos arranjos produtivos locais constituem aumento da competitividade e de agregação de valor ao desenvolvimento local e regional. Do ponto de vista empírico, possibilitam indicar alternativas de relacionamento e aproveitamento do capital social e ganhos coletivos nos aglomerados.

No que se refere ao poder público, para Pires et al. (2011, p. 95) “os APLs provocam interesse de governos, entidades representativas e especialistas, devido ao dinamismo econômico e potencial competitivo”. Sendo assim no que se refere à possibilidade de desenvolvimento baseada em concentrações de micro e pequenos estabelecimentos como alternativa à crise do modelo de crescimento econômico e industrialização.

Foi nessa perspectiva que as ações em APLs surgiu do processo de monitoramento e avaliação dos programas desenvolvidos no âmbito do Plano Plurianual (PPA 2004), pela Secretaria de Planejamento e o IPEA. Desde abril de 2003, um Grupo de Trabalho Permanente composto por representantes de 23 instituições e organizações públicas e privadas de âmbito federal⁶ vem se reunindo com regularidade mensal para criar instrumentos e estratégias que permitam atuação integrada em APLs (NORONHA; TURCHI, 2005, p. 12).

Esse arranjo produtivo deve-se a integração entre os diversos órgãos aliado à percepção de que APLs por viés de políticas específicas e coordenadas pelo governo federal. A possibilidade de atuação integrada ou o sucesso desta forma de atuação vai depender, em grande medida, além das vontades políticas, da capacidade e da possibilidade das diversas instituições envolvidas no processo em acordar práticas comuns que atendam aos interesses locais (NORONHA; TURCHI, 2005, p. 12).

Nesse sentido, Pires et al. (2011, p. 95) afirmam que “a proximidade geográfica permite obter ganhos de escala crescentes em termos de externalidades acessíveis a custos baixos com fornecedores, firmas subcontratantes, entidades públicas e privadas de apoio”. A proximidade organizacional, estabelecida em torno de estruturas comuns de aprendizagem e conhecimento associadas a instituições, organizações e convenções possibilita esforçar as

especificidades culturais e cognitivas locais envolvendo as ações de cooperação, inovação e regulação.

- Articulação sistêmica da indústria com ela mesma, com o ambiente externo macroeconômico e infra-estrutural e com as instituições públicas e privadas, tais como universidades, institutos de pesquisa, etc. a fim de maximizar a absorção de externalidades, principalmente tecnológicas;
- Plasticidade na ação conseguida através de uma forte associação entre a indústria e os atores e agentes locais que permita processos rápidos de adaptações face às transformações do mercado; e
- Forte vocação externa, sempre buscando o objetivo da competitividade exterior (AMARAL FILHO et al., 2002, p. 344).

Outra importante ferramenta que ampara a constituição de APLs é sua integração na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que tem por objetivo “a redução das desigualdades regionais e o apoio ao desenvolvimento das regiões brasileiras, na busca de melhor exploração dos potenciais que emergem da exuberante diversidade cultural, social e econômica do nosso país” (GALVÃO, 2007, p. 338).

Para Romero e Santos (2007, p. 11) existe uma tipologia que identifica a empresa diversificada dos padrões de comportamento fundamentado dentro de um sistema produtivo regional. Essa tipologia é com base em dois critérios: a localização de fornecedores e o local de vendas mercados. De acordo com essas variáveis, é possível diferenciar sete tipos ou modelos de empresas: a empresa "doméstico", a "exportar" PME, a PME "dependente", o SME "extrovertido", o grande "propulsora" firme, o grande Firme "enclave", e a grande empresa "orientada para o mercado".

Esta classificação para Romero e Santos (2007, p. 11) consideram a localização dos fornecedores (regionais ou externos) no eixo das abscissas no e a orientação geográfica das vendas (regionais ou externos) sobre o machado ordenadas. Esses modelos empresariais a cumprir diferentes funções dentro de uma região sistema produtivo, de modo que cada um tem uma relevância estratégica diferente conforme a Figura 1.

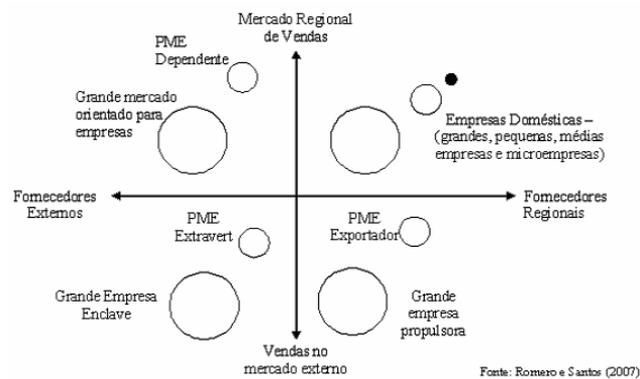


Figura 1 - Tipologia das relações locais

Fonte: Romero e Santos (2007, p. 35).

Para Romero e Santos (2007, p. 8) o papel e a contribuição de cada modelo empresarial para o conjunto da economia dependerá de vários fatores que estão diretamente relacionados com o tipo de setor em que operam. Por esta razão, os autores consideraram um setor de tipologia baseada em dois fatores: a posição dentro de cadeias de valor e do nível tecnológico. Por um lado, no que diz respeito ao primeiro elemento, que será diferenciar três tipos de setores:

- a) Setores básicos, a produção é essencialmente usada como uma entrada em outros processos de produção. Devido à sua situação no início da produção cadeias, estes sectores podem induzir fortes efeitos de encadeamento para frente;
- b) Setores intermédios, que representam elos intermediários na produção cadeias e, em consequência, podem induzir a ligação trás e para frente efeitos;
- c) Setores finais, cuja produção essencialmente orientada para a demanda final. Devido a sua situação no final das cadeias de produção, esses setores podem induzir fortes efeitos para trás.

Para Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2008, p. 14) as principais vantagens dos APL referem-se a aquisição e uso do conhecimento, enquanto elemento fundamental da competitividade dinâmica e duradoura das organizações, localidades e regiões e a inclusão de uma dimensão territorial que enfatiza as relações e condições históricas e econômicas, sociais, culturais e políticas próprias a cada contexto local.

Um fato importante que Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2008, p. 16) refere-se às políticas direcionadas às atividades produtivas, dos estados, têm sido muito mais complexas. Isso oportunizou à modernização da infra-estrutura local como fator de atração de novos investimentos, apoio a pequenas e médias empresas e às regiões menos desenvolvidas das

diferentes unidades da federação, e se dirigindo à melhoria da qualificação dos recursos humanos e provisão de sistemas de informação e serviços tecnológicos.

Sendo assim, a constituição de um APL é importante para a região, pois define a prioridade para o desenvolvimento econômico. No próximo item é apresentado conceitos de sobre planejamento regional integrado com a caracterização de COREDE.

2.1 A função dos COREDES no Planejamento Regional

No entendimento de Cassiolato; Lastres e Stallivieri (2008, p. 16) apesar de serem geradas, as reflexões e formulações locais as políticas estaduais para a promoção de APLs passaram, a partir do final dos anos 1990 por dois momentos de inflexão causados pela atuação do governo federal que tiveram um impacto institucional significativo. Entre esses momentos, relaciona-se à atuação do Ministério da Ciência e Tecnologia que a partir de 1999, passou a incorporar a abordagem de APLs na ação regional. Foram escolhidos três APLs em cada estado da federação e inseridas no âmbito das ações financiadas pelos novos recursos estabelecidos por lei que constituiu os Fundos Setoriais.

Cassiolato; Lastres e Stallivieri (2008, p. 16) afirmam que foi observado a partir de 2003 quando o novo governo passou a priorizar as políticas de desenvolvimento produtivo. As políticas para APLs foi criado um grupo de trabalho permanente para Arranjos Produtivos Locais ligado ao Ministério do Desenvolvimento Industrial e ação de política regional no âmbito do Ministério da Integração Nacional. Os objetivos eram voltados às políticas regionais incorporando conceitos de inclusão social e desconcentração de renda e os associam a uma perspectiva de APLs.

Na visão de Pires (2011, p. 135) entre as formas inovadoras e intermediárias de governança territorial, que atua como intermediário entre Estado e Mercado, entre o Nacional e o Local, origina-se os conselhos regionais de desenvolvimento, os COREDEs. O surgimento desses coredes foi ao início dos anos de 1990, tendo a função de enfraquecer as desigualdades sociais entre as regiões da metropolitana com as demais áreas do Estado.

Os conselhos regionais de desenvolvimento (COREDEs) aparecem como uma nova forma institucional e escala territorial da gestão pública entre o Estado e o município. A abordagem política do tema das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul foi um dos principais fatores que abriram espaço para o surgimento e para a continuidade da atuação dos COREDEs (PIRES, 2011, p. 136).

A concepção de desenvolvimento regional determinada por Pires (2011, p. 140) enfrenta na atualidade, um duplo desafio no que se refere quanto ao questionamento da região como categoria explicativa e escala estratégia de processos de desenvolvimento, incorporando formas específicas de governança e articulação sócio institucional nos territórios, envolvendo questões como descentralização política e econômica e escalas intermediárias de regulação.

Para a eficácia na governança regional, o processo de implantação de uma instância intermediária busca atuar de forma mais intensa junto às regiões conciliando crescimento com desenvolvimento econômico (PIRES, 2011, p. 136) na qual são atribuídos princípios para nortear o trabalho de todos os COREDES (COREDES, 2015).

- a) **Promoção de desenvolvimento regional:** O objetivo central da atuação do COREDES é a promoção do desenvolvimento regional, ajustando competitividade, equidade e sustentabilidade. O trabalho dos COREDES e de seus membros deve pautar-se pela autonomia, pela isenção e pela neutralidade em relação às diferentes instâncias governamentais, às correntes político-partidárias ou a quaisquer outras organizações da região ou de fora da região;
- b) **Pluralidade e identificação de consensos:** estimulada a livre expressão das diferenças de pensamento entre os membros do Conselho. Essa livre expressão serve como ponto de partida para um esforço no sentido da identificação de pontos de consenso, entre os segmentos que compõem a sociedade da região, quanto à forma de promover o desenvolvimento regional;
- c) **Confiança, cooperação e formação de parcerias:** A ação dos COREDES deve contribuir para estreitar os laços de confiança, estimular a cooperação e viabilizar o estabelecimento de parcerias entre os diferentes segmentos da sociedade civil da região, bem como entre esses segmentos e as várias instâncias da administração pública, na busca do desenvolvimento regional;
- d) **Integração, articulação e consolidação das identidades regionais:** Os COREDES devem constituir-se em um ambiente de articulação da sociedade regional, atuando na definição de agregar os esforços da sociedade civil e dos distintos interesses da administração pública que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento. O conhecimento dos diferentes segmentos da sociedade na discussão dos problemas da sua região, no âmbito dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, vem servir de base para a consolidação de uma identidade regional, entendida como o sentimento de conexão a uma comunidade territorialmente organizada, o que constitui a condição

essencial para que um determinado território possa ser, efetivamente, denominado de região;

- e) **Busca da regionalização das políticas de desenvolvimento:** A ação dos Conselhos deve contribuir para articulação, em escala regional, dos esforços locais de promoção do desenvolvimento. Deve voltar-se, também, para fazer com que as ações setoriais das diferentes instâncias de governo sejam estruturadas e integradas de forma a caracterizar verdadeiras políticas de desenvolvimento regional;
- f) **Aumento permanente da representatividade e da organização:** Os COREDES precisam empreender um esforço constante no sentido de desenvolver sua representatividade e sua inteligência junto à comunidade, estabelecendo e integrando à sua composição os segmentos ainda desarticulados da sociedade da região;
- g) **Apoio à continuidade das políticas públicas de interesse regional:** Os COREDES devem ajudar a implementação e a constância das políticas governamentais que colaboram de caráter eficaz para o desenvolvimento regional, impedindo seu abandono por motivos alheios ao interesse público.

Nesse sentido, pode-se constatar que os COREDEs surgiram como forma de evitar as disparidades regionais entre municípios. Isso consolida a importância do desenvolvimento das regiões de acordo com suas vocação empreendedora tornando elemento fundamental para a geração de emprego e renda.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo classifica-se como um estudo exploratório (HAIR JR. Et. al, 2003), quanto aos objetivos classifica-se como qualitativo e em relação ao procedimento técnico, um estudo de caso (ROESCH, 2005, DIEHL e TATIM, 2004). Em relação ao objeto de estudo refere-se ao Corede da Produção, é composto por 21 municípios caracterizado como a amostra do estudo, conforme exhibe a Figura 2.



Figura 2 - Mapa dos municípios integrantes do Corede da Produção
Fonte: Corede (2015).

A região do Corede da Produção apresenta uma população de 357.823 habitantes, distribuídos em uma área de 6.002,7 km². Possui uma taxa de analfabetismo de 4,02% e a expectativa de vida ao nascer é de 71 anos. O PIB percapita representa R\$ 31.776 e um volume de exportações de U\$ 915.395.979 (FEE, 2015).

Os dados foram extraídos da RAIS – relação anual de informações sociais – caracterizados como dados secundários, com ano base 2014, através dos 25 subsetores propostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e adaptados as fórmulas propostas por Suzigan et al. (2004), Kirschbaum e Vasconcelos (2004) e Cabral, Suslick, Suzigan (2010).

Para análise dos dados, adotou-se o modelo de Suzigan et al. (2004) com fonte de dados e informações disponíveis na RAIS/MTE com o intuito de elaborar indicadores de concentração geográfica segundo classes de indústrias e de localização de atividades industriais. Suzigan et al (2004, p. 6) esclarecem que o indicador de localização ou de especialização, tradicionalmente referido na literatura como quociente locacional (QL), tem sido amplamente utilizado em estudos de economia e desenvolvimento regional desde a contribuição original de Isard (1960).

O QL indica a concentração respectiva de uma determinada indústria numa região ou município comparativamente à participação dessa mesma indústria no espaço definido como base, a verificação de um QL elevado em determinada indústria numa região (ou município) indica a especialização da estrutura de produção local naquela indústria Suzigan et al. (2004, p. 6).

Suzigan et al. (2004, p. 6) afirma que o índice de especialização deve ser utilizado com cautela, por exemplo, a comparações estritas entre regiões ou municípios de diferentes rendas

percapita e vocação de atividade empreendedora. Suzigan et al. (2004, p. 6) alerta que uma região pouco desenvolvida industrialmente poderá proporcionar um alto índice de especialização simplesmente pela aparência de uma unidade produtiva, ainda que em dimensões simples. Outro problema seria se o indicador obtido pela RAIS apresentasse resultados distintos com a realidade, como também aqueles municípios que apresentam estruturas industriais diversificados e com estrutura industrial diversificadas e emprego total elevado.

No que se refere ao coeficiente de Gini locacional (GL), Suzigan et al (2004, p. 6) citou proposições propostas por Krugman (1991, p. 55- 59) e Audretsch e Feldman (1996), por sua vez, é um indicador do grau de concentração geográfica de uma determinada indústria em uma região ou estado ou no país. O coeficiente varia de zero a um e, quanto mais concentrada for a indústria na região, mais próximo da unidade estará o índice; e se a indústria for uniformemente distribuída na região, o índice será igual a zero. O procedimento para o cálculo do coeficiente de Gini locacional é idêntico ao do coeficiente de Gini tradicional e bastante simples. Primeiro, é preciso ordenar as regiões (ou municípios) de forma decrescente de índice de especialização (QL), a partir da definição de uma variável-base (emprego, produção, valor agregado).

Para Kirschbaum e Vasconcelos (2004, p. 137) utilizando-se da base de dados da RAIS-CAGED aplica-se o índice de especialização para avaliar o nível de especialização das empresas dos municípios de São Paulo nos setores de aeronáutica e equipamentos bélicos. O índice de especialização é determinado pela fórmula abaixo:

$$IE_i = \frac{\frac{EMP_{Setor\ i, A}}{\sum_{i=1}^n EMP_{i, A}}}{\frac{EMP_{Setor\ i, RS}}{\sum_{i=1}^n EMP_{i, RS}}}$$

EMP Setor i = N de empregos no setor i, no município A

$\sum_{i=1}^n EMP_{i, A}$ = N° de empregados em todos os setores no município A

EMP Setor i, RS = N° de empregados no setor i, no Estado do RS

$\sum_{i=1}^n EMP_{i, RS}$ = N° de empregados em todos os setores no Estado RS

A descrição do EMP o número de empregados, o IE mede o quociente da participação do setor no município sobre a participação do setor no estado. Se o IE é maior que 1, o município tem uma concentração de empregados no setor escolhido acima da média do estado Kirschbaum e Vasconcelos (2004, p. 138).

Além desses indicadores, utiliza-se em conjunto a tipologia adotada por Cabral, Suslick, Suzigan (2010, p. 91) a qual classifica os setores com relação ao seu potencial de se tornarem um APL. A tipologia apresentada no quadro 1, considera quatro tipos de possíveis vetores, relacionados à sua capacidade de atuar como APLs. Para tanto, se faz necessário a utilização do QL associado com o número de trabalhadores do setor na região (P) e número de estabelecimentos do setor na região (E).

Tipologia dos APLs		Importância para o setor	
		Reduzida	Elevada
Importância local	Elevada	Vetor de desenvolvimento local Importante para a região sem contribuição significativa para o setor no Estado. $E \geq 10$; $P \leq 0,05$ (5%) e Q.L. > 5	Núcleo de desenvolvimento setorial-regional Ao mesmo tempo importante para a região e para o setor. $E \geq 10$; $P > 0,05$ (5%) e Q.L. > 5.
	Reduzida	Embrião de APL Estágio incipiente de aglomeração, pouco importante para o setor e para a região. $E \geq 5$; $0,01$ (1%) < $P \leq 0,05$ (5%) e Q.L. ≤ 5	Vetor Avançado Importante para o setor com baixo impacto para a região. $E \geq 5$; $P > 0,05$ (5%) e Q.L. ≤ 5 .

Quadro 1 - Tipologia para classificação de setores com relação ao seu potencial para se tornarem APL
Fonte: Cabral; Suslick e Suzigan (2010, p. 91)

Essa tipologia classifica os setores em quatro níveis de importância para o setor e para o local. No que se refere ao embrião de APL (1) – é considerado o estágio inicial de aglomeração, com baixa importância para setor e para o local; No que se refere ao vetor avançado (2) possui elevada importância para o setor, porém, não mostra grande importância para a região; em relação ao vetor de desenvolvimento local (3) tem elevada importância para o local e uma importância reduzida para o setor; em relação ao núcleo de desenvolvimento setorial-regional (4) considera como a classificação de maior importância, pois apresenta uma contribuição significativa tanto para o setor quanto para a região, ou seja, revela o alto potencial do setor em se tornar um APL na região (CABRAL; SUSLICK e SUZIGAN, 2010, p. 91).

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados foram adaptados no modelo proposto por Cabral, Suslick, Suzigan (2010, p. 91). Os resultados foram baseados no número de empregos, número de estabelecimentos e quociente locacional, conforme Quadro 2.

Tipologia dos APLs		Importância para o setor	
		Reduzida	Elevada
IMPROVANTIA	ELAV	<p>Vetor de desenvolvimento local Importante para a região sem contribuição significativa para o setor no Estado. $E \geq 10$; $P \leq 0,05$ (5%) e $Q.L. > 5$ Casca: extrativa mineral</p>	<p>Núcleo de desenvolvimento setorial-regional Ao mesmo tempo importante para a região e para o setor. $E \geq 10$; $P > 0,05$ (5%) e $Q.L. > 5$. Marau: Alimentos e bebidas Gentil: Agricultura Coxilha: Agricultura Almirante Tamandaré do Sul: Agricultura Vanini: Produção Mineral não metálico. Santo Antonio do Palma: Agricultura Pontão: Agricultura</p>
	RELUZ	<p>Embrião de APL Estágio incipiente de aglomeração, pouco importante para o setor e para a região. $E \geq 5$; $0,01$ (1%) $< P \leq 0,05$ (5%) e $Q.L. \leq 5$. Carazinho: Indústria metalúrgica; madeira e mobiliário; indústria química, indústria têxtil; alimentos e bebidas; construção civil; comércio atacadista; instituição financeira; médicos odontológicos e veterinários; ensino e agricultura. Marau: Papel e gráfica; administração técnica e profissional, alojamento e comunicação; serviços médicos odontológicos e veterinários, ensino e agricultura. Passo Fundo: extrativa mineral; produtos mineral não metálico; indústria metalúrgica; indústria mecânica; elétrico e comunicação; material de transporte; madeira e mobiliário; papel e gráfica, borracha e fumo, couros; indústria química; indústria têxtil; serviços utilidade pública; construção civil; instituição financeira; agricultura. Vila Maria: Indústria metalúrgica; madeira e mobiliário; construção civil; comércio atacadista; administração profissional; alojamento e comunicação. Casca: indústria metalúrgica; construção civil; Gentil: transporte e comunicação. Vanini: alojamento e comunicação. Ernestina: Indústria metalúrgica;</p>	<p>Vetor Avançado Importante para o setor com baixo impacto para a região. $E \geq 5$; $P > 0,05$ (5%) e $Q.L. \leq 5$. Carazinho: indústria mecânica; comércio varejista; administração técnica e profissional; transporte e comunicação; alojamento e comunicação. Marau: comércio varejista; transporte e comunicação. Passo Fundo: comércio varejista; comércio atacadista; administração técnica profissional; transporte e comunicação; alojamento comunicação; médicos odontológicos e veterinários; ensino administração pública. Vila Maria: comércio varejista; transportes e comunicação; agricultura. Camargo: comércio varejista; comércio atacadista; transporte e comunicação. Casca: produção Mineral não metálico; madeira e mobiliário; alimentos e bebidas; comércio varejista; transporte e comunicação; administração pública. Nova Alvorada: alimentos e bebidas; comércio varejista; comércio atacadista, instituição financeira; transportes e comunicação. Mato Castelhano: comércio varejista e agricultura Ciriaco: comércio varejista; administração técnica profissional; transporte e comunicação; alojamento e comunicação e administração pública. David Canabarro: comércio varejista e atacadista. Gentil: comércio varejista. Vanini: Comércio Varejista; transportes e comunicações. Ernestina: comércio varejista e atacadista; administração técnica profissional; agricultura. Almirante Tamandaré: comércio varejista. Muliterno: Comércio Varejista Coxilha: Comércio Varejista.</p>

	transporte e comunicação e alojamento e comunicação.	Coqueiros do Sul: comércio varejista e Agricultura. Santo Antonio do Palma: Comércio Varejista. Pontão: Comércio Varejista e Atacadista.
--	--	---

Quadro 2 - Potencialidade para formação de APL na região da produção
Fonte: Cabral; Suslick e Suzigan (2010, p. 91) adaptado de RAIS (2015)

Conforme apresentado no Quadro 2, no que se refere a importância para a região sem contribuição significativa para o setor no Estado, ou seja, conforme o quadrante 4, é envolvido na análise o município de Casca no setor extrativa mineral por meio de 15 estabelecimentos e 111 vínculos formais. Casca foi emancipado em 1.954 e possui uma população de 8.454 habitantes (FEE, 2015). É o único município do COREDE que exerce essa atividade e que merece atenção dos órgãos de classe, poder público e entidades representativas para a constituição de um APL.

No Quadrante 3, incide os municípios de importância elevada, em que ao mesmo tempo os subsetores apontados são importantes para a região e para o setor. Assim, destaca-se o município de Marau-RS no subsetor de alimentos e bebidas. Isso justifica-se por ser maior empregador no município, com 3.910 vínculos, o que representa 25% do total da mão de obra local, vocação empreendedora esta, que surgiu em 1920, e que fomentou a emancipação do município, como também, foi responsável pela urbanização que representa atualmente 40.429 habitantes (FEE, 2015). Por isso, esse subsetor é característico conforme a metodologia apresentada como elemento fundamental para a formação de um APL entre os 44 estabelecimentos existentes no município.

Os municípios de Gentil, Coxilha, Almirante Tamandaré, Santo Antonio do Palma e Pontão, o subsetor da agricultura apresenta importância elevada ao mesmo tempo para a região e para o setor. São municípios que foram emancipados entre 1992 e 1996, e apresentam atualmente uma população que varia entre 1.900 até 3.870 habitantes, e sua grande maioria concentrados na zona rural. A agricultura movimenta os demais setores da economia desses municípios em termos de valor adicionado bruto (VAB), emprego e número de estabelecimentos (FEE, 2015). Ainda ressalta-se que esses municípios representam um conjunto de 150 estabelecimentos que podem constituir a formação de APL na região da produção.

O município de Vanini, o subsetor mineral não metálico apresenta importância elevada ao mesmo tempo para a região e para o setor, o qual torna-se o motor do desenvolvimento

econômico para o município. O mesmo foi emancipado em 1992, e sua população predomina na zona rural, o que torna importante a diversificação da renda com as atividades agrícolas, em combinação com o subsetor em destaque. Cabe ressaltar que o município é destaque na economia de produtos não metálicos na região da produção, o que garante a importância da formação de um APL entre os 10 estabelecimentos para que ocorra excedentes de produção para outras regiões.

No quadrante 1, apresentam-se os subsetores de importância reduzida incipiente de aglomeração e pouco importante para o setor e para a região. Nesse sentido, destaca-se o município de Carazinho nos subsetores apresentados. Por ser um município com 62.551 habitantes e emancipado em 1931, consta uma pulverização na economia fazendo com que o município apresente 15.800 vínculos formais e não ser especialista em um setor produtivo e também não ser um atrativo em empregos, devido apenas 25% estar amparado ao vínculo empregatício. Sugere-se que ocorram parcerias entre poder público e privado para essas aglomerações iniciais tornam-se expansivas em médio e longo prazo.

O município de Marau-RS, nos subsetores destacados, foram surgindo a medida do crescimento da cidade e que mostrava-se necessário, o desenvolvimento de estabelecimentos que oportunizasse a participação e a pulverização da economia em termos de emprego e renda. Esse conjunto analisado representa 401 estabelecimentos que empregam 2.821 vínculos formais. São subsetores que atuam de forma independente no contexto local.

No município de Passo Fundo, conforme análise do quadrante mostra que não há vocação empreendedora concentrada nesses subsetores no período atual e que são atividades que surgiram decorrente do crescimento da cidade e da demanda da população. Num consolidado apresentam 1.143 estabelecimentos e 11.535 vínculos formais, emancipado em 1857 e com uma população de 196.587 habitantes (FEE, 2005), sendo o município com maior tempo de constituição e de habitantes entre o COREDE da produção.

No município de Vila Maria, emancipado em 1988 e com uma população de 4.506 habitantes, os subsetores apresentados no quadrante 3 contribuem para a economia local e regional num curto período de tempo, constituindo 60 estabelecimentos e 221 empregos formais. O setor da construção civil está próximo de alcançar o $QL > 5$, o que necessita apenas de alguns incentivos em tecnologia, expansão de atividades produtivas, como também buscar parcerias com o poder público-privado para ser o município exclusivo na região da produção que garantem importância elevada para a formação de um APL na atuação em estudo.

No município de Casca os subsetores descritos também surgiram decorrentes da inexistência dessas atividades e da necessidade local, totalizando 43 estabelecimentos e empregando 163 vínculos formais. Isso aponta a inexistência da atualidade em poder constatar futuros arranjos produtivos nesses subsetores analisados e que merecem atenção de órgãos e entidades públicas e busca de novas parceiras por parte dos empresários para alavancar os negócios promover o crescimento os subsetores.

No município de Gentil o subsetor analisado apresenta 6 estabelecimentos e 7 empregos formais, o que impossibilita uma possível identificação de APL. A mesma linha e raciocínio segue para Vanini em que o subsetor analisado apresenta 5 estabelecimentos e 51 empregos formais (FEE, 2015), apresentando baixo impacto na economia local. Sugere-se que seja desenvolvido troca de informações entre os empresários de cada município e que em conjunto sinalizem sugestões que agregue valor ao subsetor nos municípios em que constam início de aglomeração.

Ernestina, emancipado em 1988 e com uma população total de 2.968 habitantes, em sua maioria rural, os segmentos apresentados constituem a importância reduzida para o setor e para a região, pois, a economia local é baseada na agricultura e nos empregos indiretos da população que atuam na empregabilidade dos municípios vizinhos, apenas residindo no município em destaque. Esses subsetores são compostos por 31 estabelecimentos e 49 empregos formais (FEE, 2015).

No quadrante 1 é apresentado uma importância elevada para o setor com baixo impacto para a região. Esses subsetores são atividades secundárias que se tornam importante para o dia a dia da população local e o alcance das atividades, porém, não apresentam grandes proporções que possam causar significância em toda a região. Os subsetores de Carazinho citados no quadrante, apresentam 1.319 estabelecimentos, gerando 8.789 vínculos empregatícios (FEE, 2015).

O subsetor comércio varejista e transportes e comunicações estão presentes na maioria dos municípios apontados no quadrante 4. O primeiro subsetor apresenta 4.311 estabelecimentos comerciais e 22.600 empregos formais no conjunto dos municípios apresentados no quadrante. O segundo subsetor, é composto por 679 estabelecimentos formais que emprega 6.830 empregos para o mesmo consolidado. (FEE, 2015). Nota-se que a convergência para novas idéias entre os empresários do mesmo segmento oportunizaria novos avanços para região.

O município de Passo Fundo, é destaque em serviços de ensino, serviços médicos e administração pública por ser concentrado em nível regional, o que torna referência no

Estado, porém, o estudo mostra que não gera formação de APL, o que de certa forma tem importância reduzida, com importância para o setor e com baixo impacto para a região, perante outras atividades econômicas. Nesse quadrante o município em destaque compõe 5.511 estabelecimentos e 46.217 vínculos formais, (FEE, 2015) nos subsetores abordados.

Nesse quadrante também, é importante destacar que estes municípios de pequeno porte, os subsetores descritos representam serviços secundários, importantes no local, mas se comparado com o total do Estado, assumem uma pequena participação. Estes subsetores descritos no quadrante são dependentes de outros subsetores, em especial os de categoria primária.

4.1 Discussão dos resultados

Ao analisar o estudo, para a constituição de APL foi constatado elementos importantes e que adotados na metodologia proposta, foi descoberto possíveis arranjos. Foi identificado a possível constituição de 4 APLs, sendo 1) Casca – extração mineral; 2) Marau-alimentos e bebidas; 3) Vanini – mineral não metálicos, 4) Gentil, Santo Antonio do Palma, Coxilha, Pontão e Almirante Tamandaré do Sul – agricultura. Para isso não basta apenas seguir os resultados da metodologia, mas sim criar associações dos subsetores, parceria com poder público, instituições de ensino, bem como outros atores que mobilizam a região em prol do desenvolvimento econômico.

No quadrante 1, o conhecimento referente a potencialidade da indústria de extrativa mineral no município de Casca-RS, tornou-se o único município que com alta capacidade de empregos e estabelecimentos, o que de certa forma torna-se importante para o setor e para a região e que merece um olhar mais específico para poder transformar essa atividade economia em um arranjo produtivo, na qual faz desenvolver o município, a região, o Estado, como também, um diferencial entre regiões, pois o mesmo, faz limite com os municípios de Paraí e Nova Prata, considerados emergentes no setor de extração mineral, no ramo de pedras.

Como o caso do quadrante 2 para a formação de um arranjo produtivo local, é necessário que ocorra cooperação entre os estabelecimentos, com produtos semelhantes e que participem da mesma cadeia produtiva, utilizam insumos comuns, e necessitam de tecnologias semelhantes e informações sobre os mesmos mercados. O fato que justifica o motivo da análise da quantidade nos mesmos. A constatação dessas constituições envolve um conjunto de atores que sinalizam a indicam condições de alavancar o setor, entre eles, poder público

local, regional e estadual, instituições financeiras, sindicatos de classe, associação comercial, instituições de ensino superior que torna-se um elementos fundamental para a realização de ensino, pesquisa e extensão. Considera-se também a formação de associações entre os empresários como forma de unir forças para assim buscar amparo público para a constituição do APL de alimentos e bebidas, agricultura e mineral não metálico.

Um dos motivos reais para a constituição desses arranjos, é a diferenciação da região da produção perante as demais região do Estado, bem como do País. Destaca-se também, que o COREDE da produção é uma das únicas regiões que não possuem esse aglomerado produtivo. De certa forma isso proporciona especialização da mão de obra, especialização da produção, customização de processos, inovação de produtos, as quais são capazes de abastecer a região interno, tornando os preços competitivos e produtos com origem de procedência. Também ocorre a capacidade de gerar excedentes de produção e tornar uma região diferenciada e capaz de gerar além de emprego e renda, a arrecadação de tributos, contribuindo para os municípios em termos de transferências governamentais, tornando uma região com maior participação de investimentos públicos e equidade nas disparidades regionais.

Esses quadrantes 4 e 3 mostram que os subsetores destacados, apresentam concorrência no estado como um todo, porém, conseguem ter maior participação produtiva em empregos e estabelecimentos o que torna possível a formação de APL. Ressalta-se que o porte do município não interfere na constituição de qualquer arranjo, mas sim, considera-se importante a vocação empreendedora do mesmo. Quanto maior a quantidade de estabelecimentos de cada subsetor, melhor a condição do poder de cooperação, formação de parcerias estratégicas que possam ser consideradas. A cultura de cada empreendimento é um fator determinante e de grande relevância a formação do arranjo.

Os quadrantes que apresentam baixa relevância são subsetores importantes para a economia local, porém, a competição inter regional torna-se um fator que impede qualquer forma de cooperação em curto prazo. Nesse caso, como por exemplo, os comércios atacadistas e varejistas atuam de forma independente, ou adotam a estratégia de organização em redes para poder apresentar maior competitividade nos negócios, o que fica como sugestão para outros estudos. As instituições financeiras são apresentadas em maior quantidade em municípios com porte acima de 20 mil habitantes, sendo que nos municípios com menor número de habitantes predomina uma única agência ou até mesmo apenas o cooperativismo de crédito como promotor local e regional, mas que não se caracteriza APL, pois tem o objetivo de pulverizar crédito como estratégia de reduzir as desigualdades entre a população.

Outros órgãos da administração pública são designados em sedes caracterizadas como regionais os que tornam uma concentração de atividades que atendam o público regionalizado.

As atividades de transportes e comunicação, alojamento e comunicação são atividades úteis e necessárias para o desenvolvimento de atividades de qualquer município, obtendo pouca representatividade para o setor na região, mas importante para o município local. Isso é uma característica semelhante em todos os municípios e que de certa forma no estudo realizado, nenhum município apresenta vocação empreendedora nessas atividades mencionadas, pois não representam oportunidades para a geração de emprego e renda de impacto, bem como o próprio exercício de atividades limitam a expansão de empreendimentos ao longo da região. São subsetores paralelos que tornam-se importante para o local, com pouca relevância para o setor em termos regionais. Sendo uma característica entre os municípios analisados.

A indústria mecânica e metalurgia são subsetores que dependem da vocação empreendedora década município, porém não se identificou a possibilidade da geração de APL no COREDE da produção até o momento do estudo. O que pode ser analisado é que é um setor que cresceu de forma significativa na última década, gerando inícios de aglomeração produtiva, em virtude de projetos governamentais, e os empreendimentos não estavam preparados para enfrentar esse crescimento, em termos de especialização da mão de obra, inovação, tecnologia, mercados, etc. e que atualmente tem sofrido impacto negativo, decorrente da conjuntura externa.

Pelo o que pode-se constatar a indústria de transformação e a agricultura são os subsetores com maior participação em grande parte dos municípios e tornam-se o motor da economia, gerando geram valor agregado em termos de renda e empregabilidade e passíveis da constituição de APLs no COREDE da produção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar identificar os segmentos capazes de constituir possíveis arranjos produtivos locais no COREDE da Produção-RS, constatou-se informações que mostram a realidade de cada município. Foi possível conhecer quais subsetores contribuem para a mão de obra e conseqüentemente para a geração de renda. Um dos pontos positivos mostra que nem sempre os municípios maiores são detentores de potencialidades econômicas, pois tem as atividades

produtivas pulverizadas, o que constituem uma atração de mão de obra, decorrente de inúmeras oportunidades.

O subsetores da economia que apontaram a constituição de APL conforme a metodologia adotada foi: extrativa mineral, alimentos e bebidas, agricultura e produção mineral não metálico. Nos municípios de pequeno porte, nota-se uma concentração de potencialidade nos subsetores consideradas como vocação empreendedora e que foram promotoras do desenvolvimento econômico e de atração da mão de obra, tanto sob efeitos da urbanização, como sob efeitos de serem municípios essencialmente agrícolas.

Decorrentes dessas atividades a potencialidade econômica é responsável por melhorar qualidade de vida da população, e que por meio da arrecadação de impostos, o poder público desenvolve projetos de investimentos que consagram esses municípios como exemplo no território regional, estadual e nacional. Nesse sentido, constata-se uma forte relação entre o poder público e privado na constituição de parcerias que promovam o desenvolvimento e crescimento econômico.

Esse estudo oportunizou uma fotografia que auxilia a gestão pública na tomada de decisão, em base de incentivos que viabilizem o crescimento das organizações como propulsor da mão de obra e da especialização. Sendo assim, uma das tentativas do estudo foi realizado trabalhando os dados do COREDE de produção como um todo, o que não alcançou êxito, pois as atividades eram variadas entre os municípios, o que retrai todos os subsetores em termos gerais. Para isso foi fundamental explorar cada município do COREDE o que oportunizou grandes investigações no estudo.

Como limitação, apresenta-se a não investigação da natureza jurídica de cada subsetor, o que não seria cabível nesse estudo. Sendo assim sugere-se um olhar sobre esse tema por parte da gestão pública regional e que trata-se de incentivar a constituição do APL como forma de integração e cooperação entre o setor e entre municípios como forma de tornar-se competitivos. Outra sugestão é monitorar o estudo para que possa servir de referências para o setor público, bem como para a academia, em qualquer aspecto que seja relacionado ao desenvolvimento e crescimento econômico e parcerias público-privado.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO. **Arranjos Produtivos Locais**. Disponível em <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=975#pagdi> acesso em 5 out., 2015.

AMARAL FILHO, J. **Núcleos e Arranjos Produtivos Locais**: casos do Ceará. IN. Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seminário Internacional Políticas para Sistemas Produtivos Locais de MPME. Rio de Janeiro. 2002.

CABRAL, M., SUSLICK, S. B., SUZIGAN, W. Caracterização dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Base Mineral no Estado de São Paulo: Subsídios à Mineração Paulista. São Paulo, UNESP, **Geociências**, v. 29, n. 1, p. 81-104, 2010;

CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. STALLIVIERI, F.. **Arranjos Produtivos Locais**. Uma alternativa para o desenvolvimento. V. 2. E-papers Serviços Editoriais Ltda. Rio de Janeiro. 2008.

CASTANHAR, J. C. **Arranjos Produtivos Locais como estratégia de interiorização da atividade econômica, com dinamismo e redução das desigualdades**. In: FLEURY, Sonia (Org.). Democracia, descentralização e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COREDE. **Mapa dos municípios integrantes**. Disponíveis em <http://coredeproducao.upf.br/wp-content/uploads/2012/08/Munic%C3%ADpios-do-Corede.jpg> acesso em 4 out. 2015.

COREDE. **Princípios que norteiam o trabalho no Corede da Produção**. Disponível em <http://coredeproducao.upf.br/o-corede/planejamento-estrategico-regional/> acesso em 6 out. 2015.

DALLA VECCHIA, R. V. Arranjos Produtivos Locais como estratégia de desenvolvimento regional e local. **REVISTA CAPITAL CIENTÍFICO** Guarapuava - PR v.4 n.1 jan./dez. 2006.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FUINI, Lucas Labigalini. Arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema. **GeoTextos**, vol. 9, n. 2, dez. 2013. L. Fuini. 57-83.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Corede Produção**. Disponível em <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Produ%E7%E3o> acesso em 5 de out. 2015.

GALVÃO, A. C. F. **A política brasileira de desenvolvimento regional e o ordenamento territorial**. In: DINIZ, Clélio Campolina (Org.). Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

HAIR, Jr J et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

KIRSCHBAUM, C.; VASCONCELOS, F. Desafios Metodológicos no Mapeamento de Clusters Industriais: O Caso de São José dos Campos. **Organizações e Sociedade**, v. 11, n. 29, p. 131-147, Salvador, 2004.

MASQUIETTO, C. D; SACOMANO, M.; GIULIANI, A. C. Identificação de arranjos produtivos locais: o caso do arranjo produtivo local do álcool de piracicaba. **Gestão & Regionalidade** - Vol. 26 - Nº 77 - mai-ago/2010.

NORONHA, E. G. TURCHI, L. **Política industrial e ambiente institucional na análise de arranjos produtivos locais**. Texto para discussão n. 1076. Brasília. 2005.

PIRES, E. L. S, et al. **Governança territorial: conceito, fatos, modalidades.** Rio Claro: UNESP-IGCE. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2011.

RELAÇÕES ANUAIS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. **Dados estatísticos dos municípios do COREDE da produção.** Disponível em <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php> acesso em 01 dez. 2015.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração:** guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ROMERO, I., SANTOS, F.J. *Firm Size and Regional Linkages: A typology of Manufacturing Establishments in Southern Spain. Regional Studies.* v. 41, p. 571-584, 2007.

SUZIGAN, W. Et al. Cluster ou Sistemas Locais de Produção: Mapeamento, Tipologia e Sugestões de Políticas. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004.

